



ID: 85718031

31-03-2020

Lay-off pode ser alargado aos sócios-gerentes

Impedidos de aceder ao lay-off, sócios-gerentes de microempresas obrigadas a encerrar ficam sem meios para pagar salários, a menos que recorram ao crédito. Empresas reclamam e PSD, Bloco, CDS e PAN querem mudar a lei de modo a acomodar estes casos.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

catarinapereira@negocios.pt

Isabel Lencastre mudou-se há meia dúzia de anos para Idanha-a-Nova, para "um dos locais mais profundos de Portugal", como gosta de dizer. Abriu uma casa de turismo rural e por lá ficou, com o marido, ela sócia-gerente da empresa, pequeno salário mensal, IRS e Segurança Social pagos sempre a tempo e horas. Hoje em dia não tem funcionários e o único salário é o seu, já que o marido está desempregado, mas em breve a empresa vai deixar de lhe poder pagar, porque a casa fechou a 13 de março, por causa da pandemia, e Isabel não vai poder recorrer ao lay-off, um dos instrumentos disponibilizados pelo Governo para, durante o período da pandemia, ajudar a manter empregos, reduzindo salários.

O problema de Isabel, e de vários leitores que nos últimos dias relataram os seus casos ao Negócios, é que os gerentes e administradores das empresas ficaram de fora da legislação produzida pelo Executivo. Basicamente, podem mandar os seus funcionários para lay-off, mas não podem mandar-se a si próprios. E quando os únicos funcionários da empresa são eles mesmos, são os seus empregos que, tal como a empresa, ficam em causa.

"Paguei o salário de março, vou continuar a pagar abril, talvez maio, mas para mais não dá. Não quero meter-me em mais dívidas e o lay-off seria o ideal", lamenta Isabel Lencastre. "Se os sócios-gerentes não têm nenhum apoio, porque continuamos a pagar obri-

gatoriamente a Segurança Social? De certeza que há um grosso de empresas, sobretudo no interior, na mesma situação que eu. As despesas fixas mantêm-se e se tivermos de fechar a empresa não temos direito a subsídio de desemprego", acrescenta.

Pelas contas da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) são, efetivamente, milhares os gerentes e administradores que se encontram nesta situação. A CPPME contesta que tenham ficado de fora do novo lay-off simplificado e defende a sua inclusão no novo regime, lembrando que "milhares de microempresários" estão neste momento "sem qualquer apoio".

O tema já chegou ao Parlamento e vários partidos prepararam-se para avançar com projetos de lei para remediar a situação. A começar pelo PSD, cujo líder defendeu já que os sócios-gerentes devem ser abrangidos pelas medidas para o lay-off. A proposta de alteração deverá ser entregue em

breve no Parlamento, disse, ao Negócios, Joaquim Sarmento. Já o Bloco, que tem idêntico pensamento, apresentou hoje a sua proposta no Parlamento: os gerentes ou administradores de microempresas devem poder beneficiar do apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial. O CDS também já propôs estender "a proteção, durante o estado de emergência, a gerentes e administradores cujos rendimentos não ultrapassem o 4.º escalão do IRS, com o limite de 2 IAS" e o PAN é outro dos partidos que acompanha estas preocupações e se prepara também para apresentar uma proposta neste sentido ainda esta semana, disse ao Negócios a deputada Inês de Sousa Real. O PCP, disse fonte oficial ao Negócios, está ainda a avaliar a questão.

O lay-off simplificado, recorde-se, é uma medida excepcional e temporária que permite às empresas obter um apoio para o financiamento de 70% dos salários, que são reduzidos para dois terços. Enquanto durar, as empresas ficam isentas de descontos para a Segurança Social relativamente aos empregados abrangidos, uma medida de que também não poderão beneficiar os membros dos órgãos estatutários.

Em matéria de apoios da Segurança Social, apenas poderão aceder ao subsídio pago aos pais que tenham de deixar de trabalhar para ficar em casa com os filhos por as escolas terem fechado, explica Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados. "Tenho chamado muito a atenção a isso, mas até agora não vi ainda medida nenhuma para estas pessoas", lamenta. "Estão mais focados nos trabalhadores. Mas os empresários deste país não são empresários são funcionários", remata. ■



Tenho chamado muito a atenção a isso, mas até agora não vi ainda medida nenhuma para estas pessoas. Estão mais focados nos trabalhadores, mas os empresários deste país não são empresários são funcionários.

PAULA FRANCO

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados



O Parlamento vai debater propostas de vários partidos no sentido de alargar



Tome Nota

Partidos avançam com propostas para proteger empresas e famílias

Há já mais de uma dezena de projetos de lei e de propostas de resolução de vários partidos para alargar as medidas de proteção a famílias que têm vindo a ser tomadas pelo Governo para o período do estado de emergência. Eis algumas dessas iniciativas. FL/CAP/SP



Pedro Ferreira

proteção a sócios-gerentes.

PSD
PAGAMENTO A FORNECEDORES

Os sociais-democratas estão ainda a ultimar as suas propostas. Entre as que já apresentaram está o pagamento imediato pelo Estado de todas as dívidas que tenha com fornecedores, por forma a ajudar a liquidez das empresas em causa. A medida deverá abranger o Estado central, as autarquias e as regiões autónomas.

PROTEÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES

Ainda não se sabe em que moldes o fará, mas o PSD prepara-se para avançar com uma proposta no sentido de proteger os órgãos estatutários de pequenas empresas, que não podem ser abrangidos pelo lay-off

BE
APOIOS DIRETOS PARA AS EMPRESAS

Para apoiar no cumprimento das obrigações salariais, o Bloco propõe que as empresas que foram obrigadas a fechar ou que tenham tido uma quebra de faturação superior a 50% recebam um valor de até 5.900 euros se forem microempresas ou de 31 mil euros, se tiverem entre 9 e 50 trabalhadores.

REDUÇÃO DO PRAZO DE ACESSO AO SUBSÍDIO

Para garantir que ninguém fica sem rendimentos, o Bloco propõe uma redução dos prazos de acesso ao subsídio de emprego e subsídio social de desemprego.

SALVAGUARDA DE BENS ESSENCIAIS

Bens essenciais, como a água ou a eletricidade, nunca poderão ser cortados, mesmo que haja dificuldades no seu pagamento por parte das famílias.

ISENÇÃO DE PROPINAS PARA ESTUDANTES

No ensino superior deverá ser suspenso o pagamento de propinas sempre que os estudantes, sendo obrigados a ficar em casa, não se possam deslocar para assistir às aulas. Por outro lado, os estudantes que durante este período estejam a viver em residências universitárias não deverão ser obrigados a pagar renda.

CDS
TABELAS DE RETENÇÃO NA FONTE REDUZIDAS

Entre as medidas apresentadas pelo CDS está a alteração das tabelas de retenção na fonte a partir de abril, aproximando o IRS retido mensalmente do imposto que é efetivamente devido no final do ano. Além disso, os centristas querem acelerar o reembolso do IRS de 2019, para 10 dias.

CHEQUE DE 15 MIL EUROS PARA EMPRESAS

O CDS quer atribuir às pequenas e médias empresas encerradas ou com a atividade suspensa um "cheque-emergência" até 15 mil euros por três meses. Este apoio seria determinado em função do último balanço, da quebra da faturação e do número de trabalhadores, estando condicionado à obrigatoriedade de manter todos os postos de trabalho e à existência de resultados operacionais positivos nos últimos dois anos, entende o CDS.

PAN
APOIO A PAIS TAMBÉM NAS FÉRIAS DA PÁSCOA

O PAN defende que o apoio financeiro que está a ser pago aos pais que tenham de deixar de trabalhar para ficar com os filhos em casa deve continuar a ser atribuído durante as férias da Páscoa.

INJEÇÃO DIRETA DE CAPITAL NAS EMPRESAS

Para o PAN, as linhas de crédito que estão a ser disponibilizadas vão empurrar as empresas para um "círculo vicioso" de "dívidas infundáveis" à banca. Por isso, defende uma injeção direta de capital nas empresas, segundo um artigo de opinião da líder parlamentar publicado ontem no Público.

PCP
EMPREGO E APOIOS NA PÁSCOA

Entre as 15 propostas que o PCP anunciou está uma para proibir despedimentos e cessação de contratos a prazo ou o reforço e alargamento do apoio aos pais a todas as crianças até aos 16 anos, com pagamento de 100% da remuneração de referência.

PREÇOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

O PCP também quer decretar preços máximos nos combustíveis e impedir a interrupção do fornecimento de serviços de comunicações eletrónicas e a suspensão das restrições sobre quantidades de dados.

REFORÇO DA RESPOSTA DO SNS

O PCP quer reabrir as camas do Hospital Pulido Valente que estão prontas a funcionar, reativar o Hospital Militar em Belém apenas para doentes com covid-19 e o aumento de camas de cuidados intensivos.

15

MIL EUROS

É o valor do cheque que o CDS propõe entregar às PME.

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 31 de março de 2020 Diário Ano XVI N.º 4213 € 2,50
Diretor **André Veríssimo** Diretor adjunto **Celso Filipe**

Parlamento prepara-se para estender lay-off a sócios-gerentes

PSD, Bloco, CDS e PAN pretendem acomodar estes casos. Há já mais de uma dezena de iniciativas legislativas para complementar medidas para empresas e famílias.

Apoio aos pais para ficar em casa também paga IRS

Construção quer fazer análises clínicas para ter obras seguras

Ventiladores portugueses já estão em pré-produção

Inquilinos e senhorios podem pedir empréstimos para pagar a renda



REPÚBLICA PORTUGUESA
GOVERNO CONSTITUCIONAL

PRIMEIRA LINHA 4 a 13, HOMEPAGE 2 e EDITORIAL

Comissões sobem custos das linhas de crédito

GUIA COM AS CONDIÇÕES PARA OS VÁRIOS SETORES

Mário Cruz/LUSA

Banca

Caixa Geral de Depósitos suspende pagamento de dividendos

Banco tomou decisão depois de consultar o Governo.

ÚLTIMA 28

Aquisição

Finerge entra na energia solar em Portugal



A empresa liderada por Pedro Norton comprou quatro parques com uma produção de 30 MW.

EMPRESAS 17

Matérias-primas

Petróleo abaixo dos 20 dólares e pode descer ainda mais

MERCADOS 18 e 19

Índice de confiança

Consumidores e setor dos serviços são os mais pessimistas

ECONOMIA 14 e 15